Revista Espaço Acadêmico - Nº 106 - Março de 2010
ANO IX - ISSN 1519-6186

Mário Alves, o guerreiro da grande batalha

Otto Filgueiras*

Foi no verão de 1970 que tudo aconteceu. Os dias eram mais longos e as noites demoravam a chegar. Naquele 16 de janeiro os ponteiros do relógio marcavam oito horas da noite e ainda restava uma frestinha de sol no horizonte. As pessoas movimentavam-se preguiçosas nas ruas do Rio de Janeiro, para lá e para cá, como se fossem a lugar nenhum. No meio do povo, um homem determinado fazia a última caminhada de sua vida. Ao sair de casa, no bairro da Abolição, subúrbio carioca, o jornalista Mário Alves sabia do risco e ainda assim não hesitou. Por precaução, ele deixou com sua mulher, Dilma Borges, a pasta que sempre carregava e todos os documentos pessoais. Nem a falsa carteira de identidade ele levou. Dilma ficou também com o gostinho de um beijo carinhoso e um sorriso. Olhos perdidos na distância, a mulher viu seu homem partir em direção ao bairro de Cascadura. Carregava na bagagem apenas a sua coragem.

Naquele dia, quando a escuridão da noite chegou, um gemido ecoou pelas celas do quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita e o trajeto desse caminhante de 46 anos de idade foi finalmente interrompido. Andarilho incansável, Mário Alves perambulava há mais de 30 anos pelo Brasil e pelo mundo pregando a liberdade dos explorados e oprimidos. Um brasileiro revolucionário que dedicou sua vida à luta pelo socialismo. Era o principal dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e foi um dos líderes da rebelião que desafiou a mais cruel das tiranias da história brasileira, a ditadura militar implantada no país pelo golpe de 1964. Moços e velhos, mulheres e crianças guerrearam nos anos rebeldes e Mário Alves foi um dos guerreiros maiores dessa batalha. Veterano nas pelejas de sua gente, ele nunca alterou o rumo e pelas estradas por onde passou deixou um rastro de esperança e de vida.

Suas andanças começaram ainda menino, em Salvador, quando o Brasil vivia nas trevas do Estado Novo, a ditadura que Getúlio Vargas estabeleceu no país em 1937. Já nessa época Mário lutava pela democracia e com apenas 15 anos de idade escolheu seu próprio destino e ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB). Estudava no Ginásio da Bahia, na avenida Angélica, bem em frente ao Hospital Pró-Matre. A escola continua lá até hoje e na memória dos colegas e professores ficou a marca daquele rapazinho pálido, franzino, quase raquítico. Andava sempre vestido com um uniforme de calça comprida, camisa de mangas longas, gravata preta e emocionava a todos quando discursava contra o nazi-fascismo.

A família

Desde ali, na espreita, o inimigo começou a fazer sua ficha: Mário Alves de Souza Vieira, comunista. Era o quarto filho de uma família de seis irmãos. Sua mãe, Julieta Alves de Souza, era viúva e já tinha as meninas Ondina e Lícia e o menino Augusto, quando casou pela segunda vez com o inspetor de ensino Romualdo Vieira. Primogênito do segundo casamento, Mário nasceu baiano em 14 de junho de 1923, na vilazinha de Sento Sé, comarca de Salinas, polígono das secas, no baixo médio São Francisco. No passado, o lugarejo foi moradia dos índios Sentossés, que viviam tranqüilos numa aldeia na margem direita do velho Chico. Na década de 1920, a vila tinha uns mil habitantes e ainda era cercada por pau d'arco, aroeira, carnaúba, matas nativas dos catitus, tatus, cutias, capivaras e veados. Até ema passeava por ali. Uma maravilha de vida. Durante o dia cantava firme a juriti. À noite, os olhos iluminados dos bichos e o barulho das águas nas corredeiras do rio São Francisco.

Um dia, porém, o pai Romualdo entendeu que as crianças careciam estudar, na capital. Os irmãos Juvêncio e América já tinham nascido, quando os pais carregaram os filhos, os ranchos e partiram para Salvador. A família foi morar no número 90 da Ladeira Fonte das Pedras, pertinho do local onde seria construído anos mais tarde o estádio de futebol Otávio Mangabeira. Família modesta da classe média típica da época, os Alves Vieira encontraram no serviço público uma saída de sobrevivência e recomeçaram as vidas naquela Salvador antiquada de 300 mil habitantes. A cidade não avançava no tempo e girava em torno do que se chama hoje o seu centro histórico. Começava na Península de Itapagipe e terminava no bairro do Rio Vermelho. Foi nessa capital baiana do passado que Mário Alves cresceu, construiu seus sonhos e começou a lutar pelo socialismo.

Ao lado do amigo Jacob Gorender, Mário virou andarilho revolucionário. Gorender era filho de uma família de judeus pobres, que migrara da Ucrânia para o Brasil no início do século XX. Moravam na rua Jogo do Lourenço, no bairro da Saúde, próximos à casa dos Alves. A rebeldia da juventude encarregou-se de entrelaçar as vidas dos dois rapazes. Na mesma trincheira, durante décadas, lutaram o bom combate. Primeiro no movimento estudantil, depois no jornal "Estado da Bahia" e finalmente na batalha maior pelo socialismo. Na juventude, os dois ocupavam o tempo com os estudos, o jornalismo, a atividade política de resistência democrática à ditadura de Vargas e envolviam-se com a música. Mário Alves encantou-se pela música clássica e gostava da arquitetura sonora de Wolfgang Amadeus Mozart. No início imaginava que o compositor de "Reqüiem" era um representante da aristocracia européia. Mais tarde descobriu que Mozart, além de revolucionar a música, também fora simpatizante dos ideais da Revolução Francesa.

Embora tivesse a mesma idade de Mário Alves, Gorender entrou para o Partido Comunista mais tarde, em 1942, quando estava com 19 anos e desde ali aprendeu a ser cuidadoso nos tempos duros de ditadura. O PCB estava na ilegalidade por causa do Estado Novo e da tentativa insurrecional de 1935. Desestruturado pela repressão em todo o Brasil, o partido, apesar de clandestino, respirava na Bahia porque lá não ocorreu nenhum movimento armado, a exemplo de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Além disso, Juracy Magalhães, interventor no estado, não era tão conservador e reacionário como ficou depois e sua polícia não perseguia tanto os comunistas como no resto do país. Por conta disso, muitos quadros do partido, a exemplo do pernambucano Diógenes Arruda, refugiaram-se na capital baiana, onde se formou um núcleo de experientes militante superior à média que existia. No

período de 1937 a 1945, eles desempenharam papel decisivo na formação de uma nova geração de revolucionários.

Ventania democrática

O barulho do torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães e italianos, em julho e agosto de 1942, também ressoou na Bahia e o povo, nas ruas, exigia que o Brasil entrasse na guerra. Os estudantes comunistas lideram as lutas contra o nazi-fascismo. Pressionado, Getúlio Vargas terminou declarando guerra à Alemanha e à Itália. Neste momento, Gorender cursava a Faculdade de Direito e Mário Alves continuava no Colégio da Bahia, onde encabeça um movimento exigindo a expulsão do professor de filosofia do curso complementar, Herbert Fortes. O homem era um "galinha verde", integralista ferrenho que usava as aulas para fazer propaganda nazista quando o ambiente ainda era favorável à ideologia de Hitler. O protesto dos estudantes movimentou Salvador, repercutiu nos jornais e Herbert Fortes terminou expulso da escola.

Na ventania democrática que varria os fascistas, os comunistas formaram uma comissão que se reunia num prédio na avenida Sete de Setembro, na altura da Praça de São Pedro. A população vivia o clima do conflito mundial, os norte-americanos haviam instalado uma base naval na cidade e o encouraçado Minas Gerais guardava a costa baiana com seus canhões apontados para o oceano na entrada da barra. Os militantes do partido queriam a participação direta dos brasileiros na luta contra Hitler e Mussolini e defendiam a palavra de ordem de toda a esquerda mundial: a abertura de uma segunda frente na guerra, que Churchill, primeiro-ministro britânico, retardava para que o povo da União Soviética ficasse enfraquecido no combate heróico que travava, corpo a corpo, contra os nazistas nas ruas da Rússia.

Era preciso ir à Europa e bater de frente no fascismo. Em junho de 1943, a revista mensal "Seiva", dirigida pelo jornalista João Falcão, publica uma entrevista feita por Jacob Gorender com o general Manuel Ribeiro, um dos líderes da revolução de 1930. Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), o general criticava Getúlio Vargas e dizia que os soldados eram convocados para limpar latrina e que não havia nenhum esforço concreto de enviar brasileiros para enfrentarem a besta nazi-fascista. Embora a revista fosse submetida à censura prévia, a entrevista foi publicada e repercutiu no Ministério da Guerra. Por conta disso, Gorender e João Falcão são encarcerados no quartel da antiga Guarda Civil, na rua Carlos Gomes. Após três meses, o próprio Getúlio Vargas, pressionado pelos estudantes, mandou libertar os jornalistas.

O então ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, era contra o envolvimento direto dos brasileiros na luta, mas mudou de opinião depois de visitar os Estados Unidos. Quando voltou ao Brasil, Dutra começou a organizar um contigente de soldados e chamou ao Rio de Janeiro seus oficiais subordinados, entre eles o comandante militar de Salvador, general Demerval Peixoto. Ao retornar à Bahia, Peixoto anunciou pelos jornais a formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e avisou que os baianos também participariam. Aproveitou para provocar os estudantes, que se manifestaram em praça pública pela declaração de guerra, dizendo que eles teriam a oportunidade de demonstrar seu valor, alistando-se como voluntários. Mário Alves, Jacob Gorender e Ariston Andrade, que formavam uma célula do PCB, não titubearam. Ariston apresentou-se no quartel da Aeronáutica e foi aceito. Mário Alves e Gorender dirigiram-se ao quartel do Exército, no bairro da Mouraria. Embora não fosse um atleta, Gorender tinha as condições físicas mínimas exigidas e conseguiu alistar-se.

Por causa da magreza quase raquítica, Mário não passou pelo exame médico e foi rejeitado.

Gorender seguiu para a Itália junto com o primeiro regimento de infantaria da FEB para enfrentar os fascistas. Enquanto isso, a luta prosseguia no Brasil. Em agosto de 1943, Mário participou da Conferência do PCB realizada na Serra da Mantiqueira que definiu a reorganização nacional do partido. Ele já estudava na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, organizava o apoio civil aos pracinhas e trabalhava pela legalização do PCB. Dois anos depois, a guerra finalmente terminou. Ao regressar ao país, Gorender encontrou o partido comunista legalizado e não havia mais presos políticos na cadeia, inclusive dirigentes como Carlos Marighella e Luiz Carlos Prestes já estavam em liberdade. O partido já tinha sede no Rio de Janeiro e uma placa na porta. Em Salvador, o PCB funcionava numa casa na Ladeira de São Bento e Mário Alves, aos 22 anos de idade, havia sido eleito para a direção estadual e dedicava-se inteiramente à política.

Com a abertura democrática, os comunistas ampliaram sua influência na sociedade. Nas eleições gerais, realizadas em dezembro de 1945, o PCB elege 14 deputados federais, um senador e Yedo Fiúza de Castro, candidato à presidência da República, obteve mais de 500 mil votos, 10% do total da votação válida no país. Desmantelada durante o Estado Novo, a imprensa partidária também é reorganizada e, em 1946, Jacob Gorender é convidado a participar da reedição do jornal "A Classe Operária", muda-se para o Rio de Janeiro e interrompe para sempre o curso na Faculdade de Direito. Na universidade da vida, os revolucionários aprendiam a advogar a causa popular, tornavam-se tribunos abnegados do sonho socialista e deixavam-se apaixonar.

O amor e o sonho

Os olhos míopes de Mário Alves não precisaram fazer força daquela vez. Ficaram maiores, esbugalhados. Vagarosos, caçaram cada detalhe da mulher e esparramaram-se em sua beleza. Morena, magra e elegante, Dilma usava um vestido que ia até o tornozelo. Os cabelos escuros e ondulados realçavam a beleza do rosto delicado e discretamente maquiado. Os olhos negros brilharam quando avistaram os dele. No amor correspondido, o coração bateu descompasso. O jornalista não se conteve. Os namoros do passado pareciam apenas uma preparação do sentimento que se anunciava. Ele estava no Rio de Janeiro participando de um curso de formação de militantes do PCB, realizado no final do primeiro semestre de 1946. Conversa daqui, conversa dali e o homem descobriu que a mulher era bonita também na valentia.

Cinco anos mais velha do que ele, Dilma Borges era militante do partido no município fluminense onde nasceu, Bom Jesus de Itabapoana, na divisa do Estado do Rio com o Espírito Santo. A lavoura cafeeira sustentava a economia do lugar com a colheita anual de 30 mil sacas do grão, a maior produção de café do estado. A região era violenta e desde 1856, quando foi criada a subdelegacia de polícia, os senhores de terra e de gente controlavam o poder na bala. No final da década de 1940, a população de Bom Jesus somava 31 mil pessoas e apenas 18% delas viviam na cidade. No campo, o povo pobre era explorado pelos herdeiros dos antigos escravocratas que enriqueceram à custa do trabalho persistente e barato do negro escravo. A indústria limitava-se à fabricação de artefatos de ferro e à produção de duas usinas de açúcar, onde trabalhavam uns mil operários. O município era rural, atrasado e as doenças matavam sua gente.

Filha mais velha de uma família de sete irmãos, Dilma perdeu dois deles tuberculosos ainda pequenos. A menina tinha apenas 15 anos de idade, quando a mesma moléstia matou o pai Sebastião. Viúva, a mãe América de Freitas, uma trabalhadora braçal de origem européia, dobrava a jornada e complementava a renda fazendo doces para os filhos venderem. Dilma conseguiu estudar porque morou de favor na casa de uma tia, em Campos. Trabalhava durante o dia na prefeitura da cidade e mandava todo o dinheiro que ganhava para a mãe e os irmãos. O esforço foi compensado. Em 1938, ela concluiu o magistério na Escola Normal Pedro II, em Vitória, no Espírito Santo e retornou a Bom Jesus, onde foi inspetora escolar da prefeitura local e voluntária da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

Os ensinamentos no mundo dos livros e as lições no livro da vida fizeram Dilma juntar-se à luta dos camponeses pela Reforma Agrária. Participou de passeatas, enfrentou os latifundiários e seus jagunços armados. Rebelou a região. Na cidade, ela organizou a juventude na fundação do PCB, colocou-se à frente da luta contra o nazi-fascismo e liderou um grupo de mulheres que reivindicavam o direito de freqüentar os bares e os bailes realizados para fazer finanças do partido.

A rebeldia de uma completou-se nos sonhos do outro e, quando a conferência terminou, homem e mulher estavam apaixonados de amor. A separação foi inevitável. Mário voltou para a Bahia e Dilma para Bom Jesus. Na despedida, o coração apertou em dois. Durante seis meses, o namoro continuou por cartas escritas em linhas de paixão, uma após outra, encurtando a distância do dia que carecia chegar: 12 de dezembro de 1946, num cartório do Rio de Janeiro. Na hora da cerimônia do casamento apenas Dilma estava lá, com a amiga Alzira, escolhida para ser madrinha. Mário não foi. O noivo participava de um congresso do partido em Salvador e fazia as provas finais para concluir o curso na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Queria a mulher logo a seu lado, que ninguém duvidasse. Por isso, mandou uma procuração para o juiz legalizar a união. Dilma não regateou. Juntou as tralhas e partiu de navio para Salvador.

Nas docas do porto, ele a aguardava ansioso. Beijaram-se ainda no cais e saíram de mãos dadas para vasculhar a cidade e acariciar o amor. A lua de mel na Bahia durou alguns meses apenas. Em meados de 1947, o casal arrumou as malas às pressas, despediu-se dos amigos e fugiu para o Rio de Janeiro. O PCB estava mais uma vez na ilegalidade. As atividades do partido foram proibidas pelo Ministério da Justiça e suas sedes fechadas pela polícia. O clima sombrio de perseguição fortaleceu ainda mais a paixão nos dois e, em 22 de novembro de 1947, colheram o fruto de suas emoções e explodiram de alegria com o nascimento de uma menina. A pequena Lúcia chegou ao mundo cercada pelo carinho dos pais, mas, desde ali, estava exilada na própria pátria. A garota aprendeu a viver a vida clandestina, escondida no interior da cidadela inimiga.

A guerra-fria

A repressão intensificou-se e foi ainda maior em 1948. Militantes do partido são presos, parlamentares comunistas cassados. O presidente da República, marechal Eurico Dutra, subordina-se à Guerra Fria dos Estados Unidos, rompe relações com a União Soviética e, embora eleito com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro, governa para uns poucos privilegiados, a elite da sociedade. Além da repressão política, que incluiu a intervenção em mais de 140 sindicatos e o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Dutra congelou o salário mínimo e arrochou a vida do povo. Perseguida pela

polícia, a pequena família dos Alves vagou por muitos lugares. Aqui e ali, até que parou em São Paulo, numa casinha de um bairro italiano. Na capital paulista, Mário reencontrou o amigo Gorender e trabalharam juntos na revista "Problemas", dirigida por Diógenes Arruda. Mário Alves assinava as matérias com o nome de Miguel Alves e Gorender com o pseudônimo de Sabino Bahia, uma homenagem a Sabino Vieira, líder da Sabinada, movimento revolucionário ocorrido em 1837 que tentou instaurar uma república independente na Bahia.

O grupo foi reforçado por Apolônio Carvalho, que tinha regressado da Europa. Desde então o herói da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa simpatizou com o baiano de Sento Sé. Admirava o talento e a determinação de Mário, que além de intelectual brilhante, estudioso do marxismo e com uma cultura teórica que se estendia à produção acadêmica e à literatura, era irônico e mordaz. Mas também humorado nas travessuras. Apolônio não se esquece de um episódio que aconteceu quando o jornalista participava de uma campanha do partido navegando pelo rio São Francisco. As freiras de um convento souberam que um comunista estava a bordo do vapor e foram até o porto para ver o personagem. Ao avistarem Mário Alves bem vestido, de óculos pretos, bigode bem aparado e simpático, as noviças suspiraram e a mais faceira entre elas sussurrou para a madre superiora: se todos os comunistas fossem assim, eles seriam pessoas excepcionais. Com respirações ofegantes, as mulheres só saíram da beira do cais depois que o navio sumiu no remanso da curva do rio levando os viajantes a seus destinos.

O balé Bolshoi

Mário Alves atravessou o velho continente e chegou à União Soviética em 1953. Ao seu lado estavam Apolônio Carvalho e um grupo de militantes do PCB. Foram participar de um curso sobre o marxismo e conhecer de perto a experiência do primeiro país socialista do mundo. Em Moscou, os soviéticos espantaram-se com a magreza de Mário e pensaram que estava subnutrido. O brasileiro foi levado a um hospital e fizeram-no engolir um bocado de vitaminas e uma quantidade exagerada de comida para engordar. Mário também enfrentou o frio gelado e impressionou-se com as roupas e calçados precários usados pelos russos. Mas ficou fascinado mesmo pelas conquistas sociais dos trabalhadores, pela bravura do povo diante das dificuldades e pelo balé Bolshoi. Também percebeu que a situação não era tão formidável como se dizia nas propagandas do PCB. A atmosfera do estalinismo era pesada e a visão que se tinha do comunismo no Brasil refletia o clima dogmático e autoritário do Kremlin. O jornalista retornou ao país pensativo e conversou com o amigo Gorender, que também viveria na União Soviética no período de 1955 a 1957, sobre os problemas do socialismo na Rússia.

Mas o capitalismo no Brasil era muito pior. Continuava explorando o povo e os operários reagiam. Em março de 1953, uma greve explode em São Paulo envolvendo 300 mil trabalhadores. Os comunistas estavam entre eles e Gorender, um dos dirigentes do Comitê Estadual do partido, era responsável por células do PCB nas fábricas de Santo André, região metropolitana paulista. Meses depois, o governo de Getúlio Vargas anuncia aumento de 100% no salário mínimo. Referendado pelo voto popular, Getúlio tinha assumido mais uma vez a presidência da República, adotara uma política de criação de grandes empresas públicas, a exemplo da Petrobrás e contrariava os interesses do imperialismo norte-americano. Pressionado, Vargas suicidou-se em agosto de 1954 e seu gesto adiou por alguns anos o golpe planejado pela direita reacionária – a UDN, a imprensa

conservadora e uma parte das Forças Armadas-, que conspiravam abertamente para depor o presidente. Na época, a direção do PCB não entende a mudança de posição de Getúlio e, até pouco antes de sua morte, continuava criticando indiscriminadamente o governo. O país ainda chorava a morte de Vargas quando a luta de idéias deu sinais, embora tímidos, de que poderia esquentar no PCB.

O estalinismo

No IV Congresso do partido, realizado em novembro daquele ano, em São Paulo, são eleitos quadros mais jovens que ampliaram o horizonte do Comitê Central. Entre eles, Mário Alves, Gorender e Apolônio. Em meados de 1956, a luta interna tornou-se pública com divulgação do informe confidencial de Nikita Kruchov ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que falava sobre os crimes de Stalin. O debate foi dificultado porque o secretário-geral Luiz Carlos Prestes vivia em clandestinidade rigorosa e só mantinha contato com um pequeno grupo de dirigentes do partido. À revelia da direção, os militantes jornalistas abriram à discussão na "Imprensa Popular" e na "Classe Operária". Alguns dirigentes, a exemplo de Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabóis recusavam-se a fazer qualquer modificação na linha política. Outro grupo, de tendência nacionalista e encabeçado por Agildo Barata, pregava a dissolução do partido. Uma terceira posição, onde se incluía Mário Alves, defendia mudanças na política partidária. Em 1957, quando retornou ao país, Gorender encontrou o debate definido. Agildo Barata saiu do PCB e fundou um jornal.

Durante a disputa entre as duas concepções que restaram, Prestes e Giocondo Dias articularam uma comissão que se reunia à revelia dos outros membros da direção partidária. Só sabiam de sua existência, Prestes e as pessoas que participavam: Gorender, Mário Alves, Armênio Guedes, Alberto Passos Guimarães e o próprio Giocondo. O objetivo era escrever um documento para ser a nova linha do partido até a realização do congresso em 1960. O programa oficial do PCB, aprovado em 1948 e que se oficializou no Congresso de 1954, falava num "partido de tipo marxista-leninista-stalinista", colocava-se na oposição frontal ao governo de Getúlio, pregava a luta armada e a guerra de guerrilhas, propostas consideradas inadequadas naquela conjuntura da segunda metade da década de 1950. O país estava redemocratizado, Juscelino Kubistchek era o novo presidente eleito com apoio dos comunistas.

O documento apresentado por Prestes como sendo dele na reunião do Comitê Central foi aprovado com o nome de "Declaração de Março de 1958" e consequentemente são afastados da Comissão Executiva do Comitê Central, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabóis e Sérgio Olmos. Foram substituídos por Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Ramiro Luchesi. O secretariado do Comitê também é modificado e passa a ser formado por Giocondo Dias, Carlos Marighella e o próprio Prestes, que contraditoriamente também participava da direção anterior e era responsável pela linha que estava sendo revista.

Novos Rumos

Embora modernizasse a orientação partidária e refletisse a situação do país redemocratizado, num momento em que o movimento operário crescia, o documento, conforme constatariam depois Mário Alves e Jacob Gorender, enfatizava o caminho pacífico da revolução e depositava muita esperança na luta institucional, no Congresso Nacional e na burguesia brasileira. Portanto, era preciso estar atento ao reformismo. No final desse mesmo ano, Mário Alves, irrequieto, faz uma viagem à

República Popular da China e quando retornou foi dirigir o jornal oficioso do PCB, "Novos Rumos", que substituiu a "Classe Operária". Enquanto isso, Gorender tocava a revista "Estudos Sociais". As duas publicações marcam época na história dos comunistas brasileiros.

A posse de Jânio Quadros na presidência da República e a sua renúncia sete meses depois inauguravam um período de turbulência na vida política nacional. Juscelino Kubistchek deixara o Brasil endividado externamente e a inflação disparara. O governo João Goulart vacila em fazer as transformações que o país necessitava e concilia com as forças conservadoras que se opunham à reforma agrária e a um modelo de desenvolvimento independente e auto-sustentável. Brasília era a nova capital da República, mas os comunistas concentravam-se no Rio de Janeiro, o coração político da pátria. Gorender morava com a família no bairro do Engenho Novo, zona norte do Rio. Mário Alves residia em Botafogo e Apolônio no bairro de Laranjeiras. Freqüentavam as casas uns dos outros e trabalhavam juntos na Secretaria Nacional de Educação do PCB, uma espécie de escola superior de política que realizava cursos e debates em todo o Brasil sobre a realidade brasileira, o marxismo e agitava a militância do partido.

Era preciso avançar na orientação partidária e acompanhar as exigências de mudanças que o movimento operário e popular pretendia fazer no País. Prestes e Giocondo Dias não gostam da agitação na militância e confiam demasiadamente no governo para fazer as transformações. Na época, Giocondo publica um documento criticando as Ligas Camponesas e formas de lutas não institucionais. Há tensões na direção do partido em relação ao apoio quase incondicional ao governo Goulart. As divergências ficam evidentes no artigo "Duas Linhas na Luta pela Reforma Agrária", elaborado por Mário Alves e publicado pela revista Movimento, da União Nacional dos Estudantes (UNE): a aliança privilegiada dos operários é com os camponeses e não com a burguesia nacional, dizia Mário Alves. Em 1963, ele faz críticas ao Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado (para a nova fase, presidencialista, do governo de João Goulart) e empolga a juventude e os intelectuais do Rio de Janeiro.

O jornalista baiano também se entusiasmava com sua família e não descuidava da mulher e da filha. Envolvido com reuniões, escrevendo artigos, fazendo palestras e dirigindo o jornal "Novos Rumos", o andarilho encontrava tempo para ajudar nos problemas que Lúcia enfrentava aos 15 anos de idade. A menina e um grupo de amigas tinham dificuldades com a professora de inglês do Colégio Brasil América. Apesar de ocupado e recebendo na época uma delegação da União Soviética e jornalistas chineses, o pai passou uma semana estudando a matéria com as garotas e elas foram aprovadas com distinção. Foi essa imagem de um pai carinhoso e autodidata, que sabia vários idiomas - francês, inglês, espanhol, russo e aprendia o alemão -, que Lúcia guardou para sempre. Ele lia Shakespeare e estava fazendo um vocabulário do inglês antigo. Depois do almoço, invariavelmente, flutuava nas músicas de Verdi, Mozart e Beethoven. Gostava de futebol, torcia pelo Flamengo e vibrou com o bicampeonato mundial conquistado no Chile. O velho não perdia um desfile das escolas de samba e brincava o carnaval no baile do Sindicato dos Bancários.

O golpe militar

Lágrimas nos olhos, Lúcia nunca se esqueceu daquele 30 de março de 1964, quando seu pai pegou uma muda de roupa, a escova de dente, abraçou a mulher, a filha e saiu de casa para a clandestinidade.

O golpe militar fere mortalmente a liberdade, divide e amedronta a nação. Durante meses a polícia vigiou a casa de Mário Alves. Lúcia era seguida quando ia para o colégio e Dilma sabia que os olhos da repressão sempre a acompanhavam, quando se dirigia ao trabalho de nutricionista num hospital. Mais dia, menos dia, Mário Alves faria contato, imaginavam os policiais. Os zelosos agentes do governo militar não perceberam, porém, quando um personagem importante chegou à casa cercada, em Botafogo. O dirigente comunista Carlos Marighella sabia que Mário Alves não estava lá. Sem peruca, ele foi apenas despedir-se de Dilma e Lúcia e levar uma poesia para as duas mulheres. No fogo da luta contra a ditadura, o revolucionário vivia perigoso, não tinha tempo para conhecer o medo e, ainda assim, não perdia a ternura e o jeito romântico de viver.

Em maio daquele ano, Marighella é ferido a bala e preso num cinema, no Rio de Janeiro. Em julho, a repressão também localiza e prende Mário Alves. Durante um ano, ele ficou encarcerado numa delegacia do Alto da Boa Vista. Dilma encarou o golpe e dividia-se em visitar o marido na cadeia, sustentar a casa e dar assistência a Lúcia. A filha cursava o clássico como bolsista no Colégio Melo de Souza, em Copacabana, onde estudavam também o Laguinho, filho de Mário Lago, Sílvia Coutinho, filha de Jairo Coutinho, que fora secretário no governo de Miguel Arraes, e Renê Carvalho, filho de Apolônio. Os golpistas pressionavam para a escola cassar as bolsas dos filhos dos comunistas, mas a diretora do colégio, firme e progressista, não concordou. A ditadura ainda não estava consolidada.

Um *habeas corpus* libertou Mário Alves da cadeia em meados de 1965. Um ano depois, ele foi julgado à revelia no processo das cadernetas de Prestes, condenado a sete anos de prisão e seus direitos políticos cassados por dez anos. Enquanto a repressão da ditadura se intensifica e vai sufocando o povo brasileiro, Mário Alves é destituído da Comissão Executiva do partido e obrigado a deslocar-se para Belo Horizonte. Luiz Carlos Prestes, Giocondo Dias e uma parte do Comitê Central do PCB sustentam a versão de que uma das razões do golpe militar teria sido a esquerdização das posições do partido ao estimular o movimento de massas na radicalização de suas lutas, isolando a burguesia nacional e o governo Goulart. Com posições mais à esquerda, Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio Carvalho, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira respondem que o desvio do PCB foi de direita por não ter alertado e preparado os trabalhadores e a militância para enfrentar os golpistas e sustentavam que a aliança principal do proletariado era com o campesinato e não com a burguesia nacional. O caminho da revolução no Brasil era pacífico, segundo Prestes e só eventualmente poderia ocorrer confronto armado. Mário Alves e seus companheiros argumentavam que não havia condição de fazer qualquer mudança estrutural na sociedade brasileira, principalmente depois do golpe de 1964, que não fosse pela luta armada.

A rebelião

No resto do mundo a luta pelo socialismo também demonstrava isso. Os povos explorados e oprimidos da Ásia, África e América Latina estavam derrotando pelas armas o imperialismo norte-americano e seus aliados internos. A revolução cubana tinha sido vitoriosa em 1959, as lutas de libertação dos africanos contra o colonialismo incendiavam vários países da África e a bravura do povo vietnamita desmoralizava o poderio militar dos Estados Unidos. O Brasil carecia de sua rebelião. Nos sonhos que foi sonhando as visões vão se aclarando e a juventude

aprende a dizer não como fazia o vaqueiro de "Disparada". Afinal, gente não é gado, não se ferra não se mata. A música de Geraldo Vandré e Téo de Barros, cantada por Jair Rodrigues no festival da canção de 1966, ganha o primeiro lugar empatada com "A Banda", de Chico Buarque, e emociona a nação. A morte e o destino, tudo estava mesmo fora de lugar e era preciso viver lutando para consertar. Empolgada, a mocidade se levantou.

A Corrente Revolucionária no PCB foi organizada pela esquerda para se contrapor às manobras de Prestes e de uma parte da direção, que adiam sucessivamente, e não querem a participação dos integrantes do Comitê Central que discordavam no VI Congresso do partido que deveria ter sido realizado em abril de 1964, no Rio de Janeiro. No período de 1964 a 1967, as contradições políticas entre o setor reformista e o revolucionário se agravam e Mário destaca-se com suas teses que circulam dentro do partido como principal documento de contraposição à linha oficial. A família Alves continuava em Belo Horizonte morando numa casa simples, no bairro São João Batista, próximo ao Clube de Esquina de Milton Nascimento. Passavam por dificuldades e os recursos para a sobrevivência vinham das traduções de livros e dos trabalhos como *free-lancer* que Mário fazia para jornais mineiros. Lúcia trabalhava num salão de beleza. Dilma não conseguia arranjar emprego. Além dos problemas financeiros, ele enfrenta o acirramento da luta interna no partido.

Os comunistas dividem-se nacionalmente em relação a apoiar ou não o MDB nas eleições de 1966. Na Guanabara, a maioria dos militantes organiza uma dissidência e termina expulsa em janeiro de 1967. Em abril daquele ano, a Conferência Estadual de São Paulo sustenta que a derrota do regime militar depende da luta armada. Se o congresso fosse realizado, a Corrente Revolucionária seria maioria. Mário Alves era responsável pela direção do partido em Minas Gerais, Apolônio Carvalho pelo Estado do Rio, Jacob Gorender pelo Rio Grande do Sul e Carlos Marighella por São Paulo. Em setembro de 1967, contudo, o VI Congresso aprova a expulsão de todos eles: Marighella, Mário Alves, Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio, Miguel Batista dos Santos e Jover Telles.

Marighella e a ALN

Não há unidade suficiente entre os que saíam do PCB para um novo projeto partidário. A Corrente Revolucionária faz uma reunião nacional em outubro de 1967 e não comparecem os militantes de São Paulo. Mário, Gorender e Apolônio insistem na necessidade de um partido para dirigir a revolução e sustentam que o combate contra a ditadura precisava estar vinculado à luta dos operários, camponeses, estudantes e setores médios da cidade. Enquanto isso, Carlos Marighella já estava em Cuba articulando apoio para seu plano de guerrilha urbana. No retorno ao Brasil, em início de 1968, Marighella, impetuoso por natureza, prefere a grande aventura da batalha e organiza, a partir do Agrupamento de São Paulo, a Ação Libertadora Nacional (ALN).

Mário Alves e seus companheiros não desistem e passam sete meses debatendo, escrevendo teses e articulando militantes espalhados pelo Brasil. Os poucos que restavam teriam de começar tudo de novo e Mário Alves, aos 44 anos de idade, encerrava uma experiência de 29 anos de militância no PCB. Ao seu lado estavam comunistas tarimbados: Gorender, Apolônio e jovens revolucionários dispostos ao combate imediato. Era preciso, entretanto, construir o novo partido, ideológica, política e organicamente. Para isso, São Paulo com suas fábricas e seus operários do concreto, ferro e aço são fundamentais na rebelião

que carecia chegar. Foi para lá que o jornalista se mudou no segundo semestre de 1967 e reencontrou jovens comunistas que conhecera no início da década de 1960, antes do golpe militar. Um dos primeiros contatos foi com o jornalista Valdizar Pinto do Carmo, que tinha sido militante do PCB e acabara de chegar da União Soviética.

Valdizar e sua esposa Sônia moravam num apartamento na praça Osvaldo Cruz, no início da avenida Paulista. Fizeram amizade com aquele hóspede ilustre, cordial no trato, que tinha voz clara e cheia, facilidade de se expressar e o dom da ironia, mordaz. Risonho, Mário Alves gostava de brincar. Quando Luciano, filho do casal nasceu em 1968, os pais diziam que o menino ia viver no socialismo e ele retrucava que o garoto ainda correria muito da polícia e falava que o cearense Valdizar deveria fazer como o povo de sua terra que mistura os nomes e chamar o menino de Jacolônio (de Jacob e Apolônio). O casal respondia que o nome seria Apolimário.

O companheiro Guilherme também recebia atenção especial. Filho dos médicos Aytan e Helenita Sepahi, o menino tinha na época um ano de idade e ganhava banana nanica toda vez que Mário Alves chegava à casa da rua Alves Guimarães, em Pinheiros. Aytan conheceu o jornalista baiano no início da década de 1960, quando participou da diretoria da UNE, na gestão de Vinícius Caldeira Brant. Na época, Mário representava a luta pela democratização do PCB, destacava o papel do intelectual na revolução e era uma referência para a jovem guarda da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda hoje, na casa de Aytan e Helenita, todos se entusiasmam e emocionam-se quando falam de Mário Alves, inclusive o rapagão Guilherme, que ficou com uma ligeira lembrança do jornalista, ainda que no gosto da banana nanica. O baiano de Sento Sé era mesmo especial: tinha sensibilidade humana, era aberto ao debate e com capacidade de buscar a verdade no conhecimento. Mário era um intelectual orgânico, com formação em sociologia, ciências econômicas, que reconhecia a luta de classes, os problemas sociais, mas não negava a estatística, a matemática. Por isso, conquistou a juventude de seu tempo.

A fundação do PCBR

Quando se mudou de vez para São Paulo com Dilma e Lúcia e foi morar numa casa no bairro da Vila Mariana, o jornalista era só felicidade. A família trabalhava e sobrevivia por conta própria. Dilma era nutricionista na prefeitura de Osasco. Lúcia vendia títulos de um clube de campo e mais tarde, com ajuda de Valdizar e Sônia, montou uma butique de roupas e bijuterias que ela preparava. Mário traduzia livros estrangeiros, entre os quais, "O Vietnã Segundo Giap", lançado pela Editora Saga. Assinou a tradução com o nome de Carlos Ferreira. Trabalhou também num escritório de planejamento. O emprego arranjado pelo amigo Diógenes Arruda dava cobertura legal e permitia mais tranqüilidade na atividade clandestina.

Em fevereiro de 1968, Mário Alves e Jacob Gorender, que também residia em São Paulo, aceitaram um convite feito por Arruda para uma reunião com João Amazonas, Maurício Grabóis e Pedro Pomar, representantes do grupo que saiu do PCB em 1962 e fundou (ou reorganizou, segundo Amazonas) o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O encontro entre camaradas que se estimavam pela integridade pessoal e dedicação à causa proletária, não levou a um acordo. Mário e Gorender "não aceitaram a idéia de subordinação à China e Albânia como fazia o PCdoB, inclusive porque acabavam de se livrar de um partido subserviente à União Soviética". Outras contradições doutrinárias fundamentais também

separavam os antigos companheiros. A revolução não podia esperar.

O congresso de fundação do novo partido aconteceu em abril de 1968, numa casa na Serra do Mantiqueira, no Estado do Rio. Estavam presentes uns 25 representantes de vários estados, entre eles Jacob Gorender, Mário Alves, Apolônio Carvalho, Bruno Maranhão, Miguel Batista dos Santos e Jover Telles. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) nascia da esperança dos que ousavam desafiar o capitalismo e o regime militar e que sonhavam também em revolucionar o comunismo. Os princípios teóricos e as bases políticas foram estabelecidos num documento redigido por Mário Alves. O texto defendia a construção de um partido marxista-leninista, a necessidade da luta por um estado popular revolucionário para construir o socialismo, considerava o Brasil capitalista e dizia que o combate contra a ditadura era armado, mas apoiado na luta dos operários, camponeses, setores médios da cidade e na pequena burguesia urbana e rural, forças sociais interessadas em modificar a estrutura da sociedade brasileira. A principal base da luta armada, o campo. Na hora de escolher o secretário político, equivalente ao secretário geral, Apolônio indicou o nome de Mário, por considerá-lo o quadro mais preparado. O baiano recusou argumentando que Apolônio preenchia as condições e contribuíra destacadamente para a fundação do novo partido. O desprendimento dos dois comunistas foi exemplar. A reunião escolheu por unanimidade Apolônio, inclusive porque na época Mário Alves estava com úlcera no estômago. Um ano depois, o jornalista baiano assume a função.

Na reunião, os fundadores do PCBR suspeitavam que Jover Telles e duas outras pessoas já tinham entrado no PCdoB. Dois meses depois, Jover Telles publicou no "Jornal do Brasil", um documento intitulado "Um reencontro histórico", conclamando os militantes do PCBR a entrarem no PCdoB. Mário Alves respondeu com o artigo "Reencontro histórico ou reles mistificação?" criticando as posições do PCdoB e daquele antigo militante operário. Às vezes a vida é irônica: anos mais tarde, talvez por ter moldado sua personalidade na dupla militância, Jover Telles trabalhou também para a repressão e sem ninguém saber levou a polícia até a reunião que o Comitê Central do PCdoB realizava numa casa no bairro da Lapa, em São Paulo, em 1976, onde foram assassinados Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e posteriormente, na tortura, João Batista Drumond. Outros participantes foram presos e torturados.

As lutas de 1968

Em São Paulo, Mário Alves critica também as idéias *foquistas* que predominavam entre a juventude dissidente do PCB. Foi numa conversa organizada por Valdizar com um grupo de jornalistas para discutir o livro de Régis Debray e a teoria *foquista*, que Sérgio Sister conheceu Carlos Ferreira, em 1968. No início, o baiano limitou-se a ouvir, inclusive as opiniões favoráveis a invasão da Checoslováquia pela União Soviética. Depois de os jovens argumentarem que a agressão se justificava porque era preciso salvar o socialismo, Mário Alves surpreendeu a todos quando disse que um país socialista não podia ser imperialista e agir daquela forma. Era preciso respeitar a autodeterminação dos povos e o desenvolvimento da luta em cada país. Por conta disso, o PCBR adotou uma resolução política condenando a invasão da Checoslováquia, posição quase que inédita entre as organizações comunistas a nível internacional. Ele queria um partido novo sem compromisso com o estalinismo, renovado, democrático e vinculado à luta dos trabalhadores.

O PCBR já tinha militantes em várias partes do País. No Estado do Rio e Guanabara participavam estudantes, bancários, marítimos, estivadores, portuários, ferroviários, jornalistas e publicitários. Havia um trabalho em Londrina (PR) e no Nordeste a militância atuava da Bahia ao Ceará. Em Pernambuco, o PCBR conseguiu eleger militantes para as diretorias da União Estadual de Estudantes (UEP) e Diretório Central dos Estudantes (DCE), em 1968, derrotando as chapas articuladas pela organização de esquerda Ação Popular.

A juventude tinha pressa e já começara sua rebelião. Milhares de estudantes protestavam nas ruas do Brasil contra o governo por causa do assassinato do secundarista Edson Luiz de Lima Souto, morto a tiros pela polícia no restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro. Em Contagem (MG), os operários vão em busca do salário, entram em greve em 16 de abril de 1968 e obrigam a ditadura a atender suas reivindicações. Em São Paulo, a comemoração do Primeiro de Maio levou 10 mil pessoas à Praça da Sé. O então governador Abreu Sodré, representante do regime militar, é escorraçado a pedradas pelos manifestantes. Em clima de vitória eles fazem uma passeata até a Praça da República. Nas semanas seguintes, os operários paralisam fábricas automobilísticas de São Bernardo do Campo (SP). Prevendo que os metalúrgicos, com dissídio marcado para outubro, também entrariam em greve, Mário e Gorender reúnem-se com militantes de outras organizações.

Em Osasco, contudo, um grupo ligado a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) antecipa-se à greve geral marcada para outubro e incentiva os trabalhadores a fazerem parede local. O movimento começou na Cobrasma, estendeu-se por outras fábricas, durou cinco dias e foi derrotado. As passeatas estudantis não recuavam e continuavam levando milhares de pessoas às ruas para protestar contra a ditadura. No Rio de Janeiro, a maior manifestação contra a repressão ocorreu em 26 de junho de 1968: cem mil pessoas reúnem-se na Cinelândia e percorrem as ruas da cidade. Entre os organizadores estavam a Dissidência Universitária da Guanabara, ativistas da Ação Popular e do PCBR. Além de Vladimir Palmeira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes e membro da Dissidência, também discursou das escadarias do Teatro Municipal, Elionor Brito, militante do PCBR e a principal liderança dos secundaristas.

O governo reage e proíbe as manifestações de rua. Ainda assim, em cinco de julho, 300 mil estudantes protestaram nas praças das principais cidades brasileiras. Reprimidas pela ditadura, as lutas populares foram minguando. O golpe final aconteceu em 12 de outubro de 1968: soldados da Polícia Militar cercaram uma fazenda em Ibiúna, interior de São Paulo, e prendem 1.240 estudantes que participavam do 30º Congresso da UNE. O governo já dominava a situação política no país e, ainda assim, em 13 de dezembro decreta o Ato Institucional número 5, colocando em recesso o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e acabando com o *habeas-corpus* para as pessoas detidas por motivos políticos. Os militares reiniciam as cassações dos opositores por tempo indeterminado e estabelecem a censura prévia à imprensa. O pretexto do governo para decretar o AI5, foi a recusa do Congresso Nacional em conceder licença para os militares processarem o deputado federal Márcio Moreira Alves, que meses antes fizera um discurso propondo ao povo o boicote nos desfiles de Sete de Setembro.

Além do avanço das lutas populares e de resistência democrática, um dos motivos determinante do AI5 é a contradição dentro

da própria ditadura e o fortalecimento da chamada "linha dura" nas Forças Armadas, que já pretendia estabelecer o fechamento completo do regime. Em abril de 1968, o brigadeiro João Paulo Burnier ordenara a um grupo de homens do PARA-SAR (Unidade de busca e salvamento da Aeronáutica), a execução de um plano terrorista que incluía a explosão de gasômetros e a destruição de instalações de força e luz. O terror da direita seria atribuído aos comunistas para criar um clima de pânico e histeria coletiva, que os militares aproveitariam para eliminar fisicamente personalidades da oposição. A chacina não foi concretizada porque o capitão-aviador Sérgio Miranda de Carvalho, o Sérgio Macaco, apoiado por colegas de farda, recusou-se a obedecer às ordens do brigadeiro Burnier, na época chefe de gabinete do ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello. Por conta disso, em 1969, o capitão foi reformado e afastado da Força Aérea.

Metralhadora na mão

As praças ficaram vazias, as fábricas vigiadas pela polícia, centenas de sindicatos sob intervenção, suas diretorias destituídas, grêmios estudantis fechados, teatros invadidos, músicas, filmes e peças teatrais censuradas, parlamentares cassados, jornalistas e intelectuais amordaçados e as prisões lotadas de brasileiros opositores do regime. Quase todos torturados e muitos assassinados. O "milagre econômico" dos militares precisava de um Brasil amorfo e sem resistência à nova etapa de brutal acumulação capitalista no país. Uma parte da oposição escolhe o caminho do exílio. Muitos, no entanto, recusam-se a abandonar a pátria. Ficam para lutar.

Despojada das suas organizações sindicais e estudantis, parte da militância identifica-se e fortalece os agrupamentos que defendem a luta armada e fazem o enfrentamento direto com a ditadura. A rebelião agora é com metralhadora na mão. As ações de desapropriação de bancos e confisco de armas, que o Agrupamento de São Paulo iniciara desde dezembro de 1967, são intensificadas também por outras organizações de esquerda. Nas veredas do asfalto, a guerrilha urbana contagia uma parte da juventude brasileira, que não admite o recuo e fustiga a ditadura com atitudes ousadas e espetaculares. Os jovens argumentavam que a brutalidade da repressão não deixava alternativa de resistência pacífica e respondiam com bala.

Cuba e o exemplo da guerrilha vitoriosa em *Sierra Maestra*, comandada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, eram uma das referências dos brasileiros que ousavam lutar nos anos rebeldes. No final de 1968, Mário Alves desembarcou na Ilha com a missão de buscar apoio dos comunistas cubanos para a luta no Brasil. Bem recebido, ele obteve da direção do partido cubano o reconhecimento do PCBR e o treinamento guerrilheiro de seus militantes. Mas tudo deveria ser feito por intermédio da ALN, considerada por Cuba como a organização preferencial no Brasil. O jornalista agradeceu a oferta e deixou claro a posição de independência de seu partido, que tinha outro entendimento da realidade brasileira, seu próprio plano de rebelião, incluindo a participação decisiva da maioria do povo. Quando retornou ao país no início de 1969, Mário Alves continuava animado e conversou em São Paulo com Valdizar e Sônia, no apartamento da rua Cubatão. Contou que também foi à Itália, participou de manifestações políticas e redigiu até uma nota em nome do PCBR. Estava irrequieto e dizia que Marighella havia saído na frente e tinha todos os contatos internacionais. O sucesso inicial das ações da guerrilha urbana e a necessidade de dar respostas concretas à escalada repressiva da ditadura deixavam no dilema até os comunistas mais tarimbados. Pela primeira vez, ele critica a direção de seu partido por

causa do emperramento burocrático e por não ter lançado o jornal nacional como estava previsto, antes de viajar. Mário estava ansioso vendo o tempo passar e queria uma ação mais efetiva. Pela repressão, o regime militar se consolidava e a revolução perdia sua hora e sua vez.

O andarilho procurava um caminho e percebia que a juventude estudantil, entusiasmada, já estava lá adiante, caminhando e cantando e seguindo a canção de Geraldo Vandré. A mocidade já não acreditava nas flores vencendo o canhão e antecipava-se ao relógio do tempo acreditando que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer. Os militantes do PCBR agitavam-se no debate de trilhas alternativas que assegurassem o sucesso da empreitada, mas que não implicassem no *foquismo*. Para o baiano de Sento Sé, a rebelião precisava ter o ímpeto do velho rio São Francisco, espalhar-se com força pela terra e se fazer anunciar no canto dos passarinhos.

Tropicália e luta armada

Tempos de fogo estavam por vir. Mário tratou de colocar sua menina em segurança. Lúcia precisava recuperar os anos perdidos nos estudos e concluir o clássico, interrompido em 1966 por causa da clandestinidade e transferência da família para Belo Horizonte. Por isso, os pais convenceram a filha a ir estudar em Niterói e morar com a avó América. A viagem para o Estado do Rio foi no *fusquinha* de Sérgio Sister: Mário Alves, no banco do carona, Dilma e Lúcia, no banco traseiro. Pararam para almoçar frango caipira na Dona Maria, um pequeno restaurante na rodovia Dutra. Durante a viagem, o assunto principal foi o Festival de Música da Televisão Record: o jornalista baiano gostava da tropicália de Caetano Veloso, ao contrário do que pensava uma parcela da esquerda na época. Os pais deixaram à filha em Niterói e voltaram a São Paulo.

Um ano depois da fundação, o PCBR havia crescido. Andarilho, Mário Alves muda-se para o Rio de Janeiro, em meados de 1969. Estava otimista com as possibilidades da luta armada e conversou em São Paulo e depois no Rio, com o amigo Jacob Gorender, que nesse momento se dedicava à pesquisa e preparava o livro "O Escravismo Colonial". Gorender fez objeções às formas que o embate armado assumia. Os grupos de esquerda realizavam ações isoladas e distanciavam-se do apoio do movimento de massas. O PCBR não poderia fazer o mesmo. Mas o clima belicista no mundo contagiava os rebeldes brasileiros. Havia divergências importantes que distanciavam as posições dos dois dirigentes. Debateram prudentemente para preservar a amizade que vinha dos tempos da luta contra o nazi-fascismo.

Antes de deixar a capital paulista, Mário e Dilma foram despedir-se de Sônia e Valdizar. Os amigos receberam de Mário um presente inesquecível e até hoje guardado: O Capital, em espanhol e com anotações do jornalista baiano. A transferência para o Rio significava uma mudança brusca na vida dos Alves. Em São Paulo o perigo existia, mas a situação deles era de clandestinidade branda, eles tinham emprego fixo, carteira de trabalho assinada e um padrão de vida de classe média modesta. A mulher estava com os cabelos pintados e não deixava dúvidas que acompanhava o marido no combate. Agora, na absoluta clandestinidade como já fizera várias vezes no passado.

Dentro do partido, Mário Alves encontrava ressonância na mocidade de Pernambuco e Rio de Janeiro, que pressionava o Comitê Central pela ação imediata. A primeira iniciativa partiu da direção regional do Nordeste, que englobava Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará: em maio de 1969, um grupo armado arrebatou de funcionários do Banco da Lavoura, em João Pessoa, uma valise com um depósito

da Companhia Souza Cruz. Outras desapropriações em agências bancárias e ações de propaganda armada aconteceram no Recife. As iniciativas autônomas deixaram os jovens militantes da Guanabara e Estado do Rio frustados e querendo começar o combate.

O cheiro do mar

Nos trens abarrotados da periferia carioca, Mário envolvia-se com aquela gente humilde que seguia em frente mesmo sem ter onde se apoiar. Ele era muito conhecido no Rio de Janeiro e havia o risco de ser facilmente identificado. Por isso, morava com Dilma num bairro operário. Mas não negava sua origem pequeno-burguesa. Dentro do partido, ele era chamado de Vila e foi com esse codinome que Bruno Maranhão o conheceu em 1967, nos meses que antecederam a fundação do PCBR. Bruno, cujo nome de guerra era Tião, descobriu mais tarde que Vila homenageava a Martinho da Vila porque gostava da música "O Pequeno Burguês" e do seu canudo de papel. Da mesma forma que combatia o reformismo no PCB, Mário criticava o obreirismo de alguns segmentos da esquerda. A luta pelo socialismo não interessa apenas aos operários, mas também à pequena-burguesia. Muitos indivíduos da classe média podem ser revolucionários, dizia o jornalista. Nos 27 anos de sua juventude, Bruno era um representante legítimo daquela geração generosa de revolucionários do final dos anos da década de 1960. Sonhava e preparava a revolução armada e identificava-se com o baiano de Sento Sé. Segundo Bruno, Mário conseguia compreender e assumir a necessidade de mudanças imediatas no partido para responder às tarefas da revolução. Tião fazia parte da juventude que subordinava seu futuro a liberdade do povo, da classe operária. Desafiavam a opressão e ao contrário de muitos que privilegiavam o individualismo e suas carreiras profissionais, os moços revolucionários escolheram o lado do povo sofrido para lutar. Revoltosa e disposta ao combate, a mocidade, com a certeza na frente e a história na mão, pretendia caminhar logo para a revolução.

No segundo semestre de 1969, Vila foi encarregado pelo Comitê Central de ir a Pernambuco e Bahia junto com Bruno para resolver problemas com as direções regionais do Nordeste e levar as resoluções nacionais. A viagem, arriscada e clandestina, teve que ser realizada de carro pela Rio-Bahia num *fusquinha* dirigido por Jurandir, um militante e motorista do partido. Os viajantes encontraram Salvador anoitecendo.

Emocionado, Mário parecia um menino. Quis rever sua cidade, andar pela rua Chile onde perambulou na adolescência. Admirou mais uma vez o Elevador Lacerda e do alto do Belvedere da Sé avistou todo o mar da Bahia. Estava iluminado, aqui e ali, pelas luzes dos faróis da Barra e do Monte Serrat. No porto, os navios ficavam pequeninos à distância. Lá adiante, as canoas, pontinhos de luz apenas, com os pescadores noturnos de camarão.

A dor da saudade apertou no peito do jornalista e só serenou quando ele reencontrou sua gente. Pai e mãe. Velhinha e quase cega, dona Julieta não acreditou no que estava vendo. Teimava que era o Juvêncio, o outro filho e dizia que tentavam enganá-la. Depois de muito tempo, ao reconhecer Mário, abraçou-o em lágrimas apertadas, contidas e disfarçadas nos anos de ausência. Sempre sério, o velho Romualdo não agüentou e também encheu os olhos d'água de contentamento. O encontro foi comovente e os dois velhinhos ficaram muito contentes por ver o filho querido do coração. O jornalista também chorou e mostrou o retrato em bico de pena que fizera do rosto de Augusto: o meio irmão mestiço de que tanto gostava morrera anos antes, vítima de

câncer. Naquela hora, o filho teve vontade de levar os pais para morar com ele e Dilma, no Rio de Janeiro. A clandestinidade e a perseguição cruel da polícia daquele período negro da história brasileira não permitiam que pai e mãe ficassem juntos com seus filhos por muito tempo.

Bruno fazia a cobertura na porta da casa. Foi ele que montou o esquema de segurança e sugeriu o encontro quando percebeu a saudade nos olhos de Mário. Preocupado com a demora do companheiro, ele entrou para ver se tudo estava bem. Foi testemunha, no finalzinho, da emoção. Na despedida, o professor Romualdo ainda brincou dizendo que Prestes parecia não querer mais nada com a revolução.

O cavaleiro da esperança ficou no passado. O presente e o futuro pertenciam à mocidade e por isso era preciso demonstrar na prática a importância da integridade e disciplina revolucionária e Mário Alves fez isso de uma forma simples. Por questão de segurança, ele foi sozinho a Pernambuco conversar a direção regional do Nordeste e Bruno ficou na Bahia para reunir com a direção estadual. Em Recife, mesmo não concordando com o ponto de vista majoritário do Comitê Central sobre a Frente Revolucionária Popular, Mário foi capaz de argumentar e convencer os dirigentes regionais das posições aprovadas pela direção nacional. Os dirigentes do Nordeste defendiam exatamente as opiniões do jornalista baiano e ele combateu e venceu as suas próprias posições. No retorno a Salvador, Vila também não interferiu, quando os dirigentes do partido na Bahia foram convencidos por Tião, que naquele ponto específico da Frente, tinha posição semelhante ao da maioria da direção nacional. A atitude de Mário fez a confiança e a camaradagem ficarem ainda maiores entre os viajantes.

Ainda cheirando a mar, a pequena comitiva pegou a estrada de volta para o Rio de Janeiro. A viagem foi mais arriscada porque as rodovias estavam boqueadas pela polícia por causa do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Ellbrick, no Rio, em plena semana da pátria. O *fusquinha* foi parado e revistado numa batida do Exército: os soldados começaram a olhar as bagagens e Mário resolveu ajudá-los para tentar impedir que achassem o revólver nas tralhas de Bruno. Muito calmo, ele retirava as roupas devagar e depois do policial vê-las, colocava-as no lugar de uma forma que a mala nunca ficava vazia. Percebendo a irritação dos militares, Bruno disse ao companheiro para revirar tudo de vez porque os soldados tinham pressa. Para surpresa de Mário Alves só havia peças de vestuário. Quando o susto passou, ele quis saber que mágica Bruno fizera para sumir com a arma. O pernambucano explicou sorrindo que deixara o revólver com os companheiros em Salvador.

O seqüestro

O perigo continuava porque o inimigo, raivoso, armou tocaia grande na frente. Uma Junta Militar havia assumido a Presidência da República no final de agosto de 1969 e afastado Pedro Aleixo, o vice-presidente da própria ditadura que deveria ter sucedido o general Costa e Silva, que sofrera uma trombose cerebral. Formada pelos ministros militares Lyra Tavares, da Guerra, Augusto Rademaker, da Marinha e Márcio de Souza e Mello, da Aeronáutica, a Junta é desafiada nos seus primeiros dias de governo pelo seqüestro do embaixador norte-americano praticado por um comando revolucionário da ALN e da Dissidência da Guanabara. Pressionados pelos Estados Unidos, os militares aceitaram as exigências do resgate e libertaram 15 prisioneiros políticos. Entre eles, Gregório Bezerra, o revolucionário do PCB, que em abril de 1964 foi preso e

espancado barbaramente nas ruas de Recife pelo coronel Darcy Villocq Viana. Embora bem sucedido, porque garantiu a libertação e o embarque dos presos políticos para o exterior, o seqüestro do embaixador ianque, o primeiro realizado pela guerrilha urbana em todo mundo, resultou na intensificação da repressão no Brasil. A Junta Militar estabeleceu a pena de banimento, penas de morte e de prisão perpétua. Em 28 de setembro entrou em vigor a brutalidade da nova lei de segurança nacional. Um dia depois, o operário químico Virgílio Gomes da Silva, militante da ALN e que comandara o seqüestro do diplomata norte-americano, foi barbaramente torturado e morto na Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo.

No mês seguinte, uma emenda da Junta Militar impôs uma nova Constituição ao país e deu posse ao general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República que levou o Brasil definitivamente à escuridão e inaugurou o período de maior terror da história brasileira. Centenas de pessoas são presas, torturadas e assassinadas nas prisões do governo. Nas trevas do perigo, Mário Alves lutava o combate a sua maneira e não carregava o revólver que Bruno lhe presenteara. Embora estivesse de acordo com a necessidade da luta armada de resistência à ditadura, o jornalista não tinha treinamento militar e achava complicado andar armado no Rio por causa das batidas policiais, como aquela que ocorreu durante a viagem. Guardava a arma em casa.

O blanquismo

A nova situação repressiva no País fortalece no PCBR a posição do combate armado imediato. Outras ações já tinham sido realizadas em Recife: desapropriação em agências bancárias, postos de gasolina e a destruição do palanque preparado pelos militares para o desfile de 7 de setembro. Em outubro, novo assalto de um transporte de dinheiro da Souza Cruz. No Rio de Janeiro, um grupo de fogo prepara-se para desapropriar uma agência do Banco Souto Maior. Em São Paulo, contudo, a militância não se entusiasma com esse tipo de ação. Mesmo diferenciando-se do *foquismo* por ser dirigidas pelo partido, tratava-se de iniciativas isoladas e descoladas do movimento de massas. Conceitualmente, as iniciativas armadas do PCBR confundiam-se com as ações propostas pelo revolucionário francês Louis Auguste Blanqui (1805-1881), criticado por Marx e Engels no passado.

Na última vez que conversaram com Mário Alves, no início de dezembro de 1969, os médicos Aytan e Helenita disseram ao jornalista baiano que não concordavam com as ações armadas isoladas da luta social. Essa era também a opinião de Valdizar, Sônia e Sérgio Sister. Embora não discordassem da necessidade da luta armada, os companheiros de São Paulo argumentavam que o povo estava revoltado contra o governo, mas não se mostrava suficientemente disposto e consciente para assumir uma oposição mais radical. Os médicos trabalhavam no Hospital das Clínicas, tinham vida legal e contato permanente com a população mais sofrida. Vestindo sempre uma camisa social com as mangas dobradas na altura dos punhos, Mário Alves inclinava a cabeça quando argumentava. Embora muito bem preparado teoricamente, não era acadêmico quando debatia. Insistia que a mocidade estava animada. Entre os companheiros prevalecia a confiança e a solidariedade. Para eles, Mário Alves era especial.

O assalto na agência do Banco Souto Maior, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro aconteceu no dia 17 de dezembro de 1969: um grupo de fogo arrebatou com sucesso todo o dinheiro da agência. Na hora da fuga, porém, trocou tiros com um carro rádio patrulha. Um dos policiais foi morto e um militante do PCBR preso.

Posteriormente parte do dinheiro foi recuperada pela polícia. A partir dali, o partido estava exposto. Uma reunião do Comitê Central, marcada anteriormente para a segunda semana de janeiro de 1970, foi mantida. Um dos objetivos principais da reunião, conforme contou Apolônio Carvalho, era debater a polêmica que existia no partido de fazer ou não refluxo temporário na guerrilha urbana para escapar do cerco da repressão e criar as condições para iniciar a guerrilha rural. Na época, o combatente da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa entendia que o partido não dispunha de bases, aliados e influência política junto às massas na área rural. Por isso era necessário mais tempo para preparar essas condições essenciais à guerrilha rural. Mário Alves avaliava que as condições no campo poderiam ser preparadas mais rapidamente. As posições se extremaram e poderiam levar a um impasse.

No coração, o descompasso.

As praias do Rio de Janeiro encheram-se de velas no dia 3l de dezembro de 1969. Milhares de pessoas depositavam suas esperanças na mãe d'água. Faziam pedidos para que Iemanjá protegesse aquele povo no ano que estava nascendo. A mística popular tem lá suas razões. Na beleza da festa na passagem do ano, Dilma e Mário sorriram e abraçaram-se emocionados. Comemoravam quase duas décadas e meia de luta e vida em comum. Continuavam apaixonados como naquele dia em que se conheceram na reunião do PCB, ali mesmo no Rio de Janeiro. Os olhos míopes esbugalhados e o coração eternamente batendo descompasso. Agora, a paixão estava iluminada pelos fogos de artifício que varavam o céu e deixavam à cidade maravilhosa mais bonita e deslumbrada.

O sol rompeu forte no ano novo e avisou que até o calor seria de amargar. Às 20 horas do dia 14 de janeiro, Bruno Maranhão esperava na rua Brás Pina, conforme o combinado. Lá adiante, avistou Mário Alves. O jornalista explicou que não comparecera ninguém no ponto dele às 18 horas. Mário faria parte da primeira turma a entrar no local da reunião e sabia do ponto de Bruno porque fora ele que passara a outro companheiro e estava ali para trocar opiniões sobre o desencontro. Bruno cismou, mas Vila ponderou que o pessoal deveria estar com dificuldade para arranjar o *aparelho* onde seria realizada a reunião do Comitê Central. Por medida de segurança saíram do local e caminharam trocando idéias sobre a prisão do militante na fuga do assalto no Souto Maior e posteriormente de alguns simpatizantes. Eram necessárias medidas para estancar o problema e garantir a compartimentação da estrutura organizativa do partido. Mário Alves lembrou que havia a alternativa de pontos para os dois.

O derradeiro encontro

No outro dia, Bruno estava lá e nada dos companheiros chegarem. Mário Alves surgiu do meio do povo e disse mais uma vez que também não aparecera ninguém no ponto marcado com ele. A cisma no pernambucano aumentou. Ainda assim, o jornalista lembrou que ele tinha uma última alternativa, um ponto de recuperação que era acionado quando todos os outros furavam. Seria no outro dia, 16 de janeiro, e entregou a Bruno Maranhão um documento que denunciava aulas práticas de tortura numa prisão de Linhares, em Minas Gerais. A denúncia era muito importante e grave: os irmãos Pezzuti relatavam que um oficial das forças armadas norte-americanas estava ensinando a policiais brasileiros novos métodos de interrogatório em aulas práticas com tortura em prisioneiros políticos. Segundo Bruno Maranhão, o tal oficial foi identificado mais tarde como sendo Dan Mitrione, seqüestrado posteriormente pelos Tupamaros, no Uruguai. Na época, a ditadura militar

uruguaia recusou-se a negociar com o grupo guerrilheiro e Dan Mitrione foi justiçado. Bruno ficou com a tarefa de encaminhar a denúncia a um companheiro que ia viajar à Paris para que fosse amplamente divulgada. Saíram caminhando e retomaram a conversa da noite anterior. Mário pediu para entrar numa lanchonete porque precisava beber leite, dieta para consolidar o tratamento da úlcera que tinha curado com a alimentação macrobiótica receitada por Dilma. Conversaram mais algum tempo e Bruno combinou de reencontrar Mário Alves, dois dias depois, em 17 de janeiro. Despediram-se na estação de Cascadura.

Mais tarde, quando Mário Alves voltou para casa, Dilma também cismou. Afinal, pela segunda vez consecutiva o marido saía avisando que ficaria fora por alguns dias e retornava horas depois porque o encontro não se realizara. A mulher não era militante do PCBR e o marido, por medida de segurança, não conversava os assuntos internos do partido. Neste dia, no entanto, ele falou sobre as divergências no partido. Por isso insistia em cobrir todas as alternativas de ponto, inclusive a última, no dia seguinte. A reunião do Comitê Central era muito importante e ele, o principal dirigente, não poderia faltar. Aquela noite de espera também foi a última que Dilma e Mário ficaram juntos.

O dia amanheceu e permaneceu calorento naquele 16 de janeiro de 1970. Mário Alves vestia camisa de mangas curtas quando saiu de casa para cobrir o derradeiro ponto de sua vida. Como em "Alegria, Alegria" de Caetano Veloso estava sem lenço, sem documento, nada nos bolsos ou nas mãos. No local e hora marcada a fúria do inimigo, na tocaia, o alcançou. No quartel do Exército, na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, os torturadores agitaram-se, comemoraram e disseram uns aos outros que era preciso avisar ao coronel Alcyone Portela, na época comandante do DOI-CODI que acabara de ser inaugurado no Rio de Janeiro e funcionava naquele quartel. "O preso é calado, franzino e não agüentará muito tempo", imaginavam os militares. "Não se enganem", avisou o chefe de todos eles: "trata-se de comunista convicto, o mais perigoso e bem preparado dos intelectuais subversivos do antigo *partidão*, aquele que enfrentou Prestes, fundou um partido revolucionário e é um dos líderes da rebelião que quer derrubar o governo pelas armas. Será preciso dobrá-lo, desmoralizá-lo". Não conseguiram.

Ratos e homens

Na sala de interrogatório, Mário enfrentou o inimigo. Durante oito horas seguidas foi espancado com cassetetes de borracha, pendurado que nem morcego no pau-de-arara recebeu choques elétricos em todas as partes do corpo e foi afogado na masmorra da brutalidade. Aquele homem de físico débil, que começou suas andanças ainda menino e escolheu seu próprio destino, não cedia e conseguia dominar até seu instinto animal de conservação. Embora amarrado, completamente imobilizado e a mercê de seus carrascos, Mário aceitava o combate e desafiava a morte que se anunciava.

Naquela noite, que varou pela madrugada do dia seguinte, os presos da cela que ficava ao lado da câmara de tortura ouviram tudo no espaço vazio deixado pela meia parede. Estavam ali, sem conseguir dormir, o advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes, o tenente da Revolução de 1930 Augusto Henrique Maria D'Aurrelli, o líder operário Manoel João da Silva e Antônio Carlos Carvalho, eleito posteriormente vereador pelo MDB carioca. Também torturados, eram testemunhas, para o futuro, do horror que Mário Alves passava. Raimundo Teixeira Mendes não se conteve: subiu na cama de beliche que ficava junto ao teto e pela fresta viu o jornalista pendurado no pau-de-arara.

O torturado recusava-se a dar qualquer informação aos inquisidores. Mesmo quando o inquiriam afirmativamente sobre seu verdadeiro nome e a função que exercia de secretário-geral, dirigente máximo do PCBR, Mário confirmava sarcástico: "vocês já sabem". Naquele dia daquela noite o guerreiro aplicou ele mesmo as regras que havia escrito no segundo semestre de 1969 sobre o comportamento que o militante deve ter diante da polícia, dos torturadores e dos juizes:

> "Quando um revolucionário se acha em poder do inimigo enfrenta uma das situações mais duras de sua vida. É o momento que põe à prova sua firmeza ideológica, suas qualidades morais, sua dignidade pessoal... É preciso ter profunda convicção revolucionária, confiança na causa que defende e disposição para enfrentar todos os sacrifícios... O medo surge quando o prisioneiro se sente sozinho, isolado e impotente diante do inimigo... Mas o revolucionário consciente nunca se sente só... Sabe que além dos muros do cárcere estão seus companheiros, está o povo que luta... Ele se sente parte dessa grande força que há de vencer o regime de exploração e opressão. Dessa compreensão retira energia para enfrentar com coragem seus algozes".

Mário Alves nunca foi levado diante do juiz. Não houve tempo para isso. Naquele dia daquela noite de horror o guerreiro do sem medo, humano, sentiu dor e um gemido ecoou pelas celas do quartel da rua Barão de Mesquita. Mas de nada adiantaram todos os métodos de tortura aplicados. Negava-se a responder as perguntas sobre seus companheiros e sua organização. Tentaram pressioná-lo pelo lado familiar e falavam no paradeiro da menina Lúcia: "Nós já sabemos que ela está em Minas Gerais", disse o interrogador. "Então vão buscá-la", respondeu Mário Alves em tom de desafio. Os ratos de porrete e pêlo cor de oliva queriam, sobretudo que ele revelasse o endereço de seu aparelho, de sua residência, onde estava Dilma. Nesse instante Vila silenciou. O segredo era só seu, lhe pertencia.

Suplício no empalamento

Naquele final de noite e início de seu derradeiro dia, Mário Alves de Souza Vieira foi sentenciado na câmara do horror. Impotentes para quebrar a vontade daquele homem franzino, mas determinado, os carrascos pegaram o cassetete de madeira dentado com estrias de aço e sangraram por dentro o revolucionário. Mário Alves foi empalado e teve os intestinos perfurados. No suplício medieval do empalamento, Eduardo II, da Inglaterra, urrou como um animal. Mário lutou quando os ratos roeram as entranhas dele. Gritou, gemeu e depois calou para sempre.

O dia 17 de janeiro de 1970 amanheceu mais cedo para os presos da cela ao lado. Três deles - Manoel João, Augusto Henrique e Antônio Carlos - foram escolhidos para limpar a sala de tortura. No chão banhado em sangue, e também em coragem, restava o corpo de Mário Alves. Ainda vivia moribundo, cheio de hematomas, sangrando pelo nariz e pela boca. Arquejava e não se mexia. Balbuciou pedindo água que não conseguiu beber. Antes dos policiais retirarem o jornalista da sala, Manuel e Augusto o reconheceram. Outro preso, José Carlos Brandão Monteiro, posteriormente deputado do PDT, foi levado por engano à cela naquela manhã do dia 17 de janeiro e também viu Mário Alves caído no chão, ensangüentado. Depois, os soldados rasos que serviam no quartel comentaram que Mário Alves havia morrido.

A prisão de Gorender

A reunião do Comitê Central do PCBR nunca se realizou. Entre os dias 12 a 20 de janeiro daquele ano, a maior parte da direção do partido foi presa. As quedas

começaram depois que Salatiel Teixeira Rolim, ex-dirigente nacional e um dos fundadores do PCBR foi preso dentro de um cinema da Baixada Fluminense durante uma batida policial e entregue ao quartel do Exército, na rua Barão de Mesquita. Fazia meses que Salatiel não mantinha contato com o partido. No livro "Combate nas Trevas", Jacob Gorender relata o que aconteceu: "Por norma de segurança clandestina, os aparelhos que ele conhecia precisavam ser desativados, o que não se fez devido à evidente negligência. Depois de muito torturado, Salatiel abriu a localização de aparelhos do PCBR e também dos dois sítios comprados no Paraná. A partir de 12 de janeiro começaram as prisões que arrastaram Apolônio, Miguel Batista e outros membros da direção"...) "Nas semanas seguintes, novas quedas no Rio. Prisões de René de Carvalho (também da direção nacional) e de Álvaro Caldas. Crivado de balas num apartamento de Copacabana, morte do marujo Marco Antônio. Salatiel conhecia ligações em São Paulo e aí as prisões começaram no dia 16".

Entre outras pessoas, foram presos na capital paulista Aytan, Helenita, Valdizar, Sônia, Sérgio Sister e finalmente Gorender, no dia 20 de janeiro. Bruno Maranhão acrescenta outra informação: no aparelho onde aconteceria a reunião do Comitê Central, no Rio de Janeiro, também foi preso o motorista do partido que usava o nome de Jurandir e era uma das pessoas que conheciam o local, dia e horário do tal ponto de recuperação onde Mário Alves foi feito prisioneiro. Sob tortura Jurandir abriu o local. Bruno foi um dos poucos que escapou: cobriu o ponto que havia marcado com Mário Alves no dia 17 de janeiro, repetiu seis vezes, mas Vila nunca apareceu, mas também não entregou o encontro. Oito anos depois, quando Suzana, a mulher de Bruno deu à luz um menino, os pais decidiram chamá-lo de Mário, em homenagem a Vila.

A morte de Dilma

Hoje, anos depois do trágico acontecimento, até o repórter se emociona e lamenta não ter conhecido Mário Alves. E teima em resgatar por inteiro essa história. Depois que Vila foi trucidado, Dilma assumiu a luta, percorreu as prisões da ditadura, bateu em todas as portas dos comandantes militares, que negavam a morte e até a prisão de Mário. Dilma e a filha Lúcia souberam logo que o tinham matado. Choraram. Enxugaram as lágrimas e continuaram valentes. Dilma escreveu para deputados, senadores, ministros de estado, juizes e diversas outras autoridades constituídas e denunciou o desaparecimento e assassinato do marido. Processou o governo e com base nos depoimentos daqueles presos que estavam na cela ao lado da sala de tortura onde Mário foi empalado, a mulher conseguiu provar em juízo sua prisão e assassinato. Em 21 de outubro de 1981, a juíza Tânia de Melo Heine, da Primeira Vara Federal, responsabilizou a União pelo seqüestro, tortura, morte e ocultação do cadáver do jornalista: ***"Mário Alves de Souza Vieira faleceu em conseqüência de maus tratos sofridos nas dependências do DOI-CODI".*** Foi o primeiro e único caso de reconhecimento na Justiça da prisão e morte de um "desaparecido político". O corpo não foi localizado. Por conta disso, Dilma e Lúcia insistiram no direito de enterrar Mário Alves. Todos os anos, no dia 16 de janeiro, depositavam uma palma de flores na estátua de Tiradentes, em frente à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

O tempo, porém, foi implacável e fez Dilma envelhecer rapidamente. Ainda conservava a beleza no rosto e nos olhos negros que um dia brilharam quando avistaram os dele, mas seus cabelos embranqueceram. A vida terminou não sendo tão generosa como os sonhos que Mário e Dilma sonharam e tanto lutaram.

Em 1981, ela foi aposentada por invalidez. A mulher sofreu um acidente doméstico com queimaduras e precisou amputar os dedos da mão direita. Ainda assim não desistia e escrevia as cartas com a mão esquerda. Incansável, Dilma continuava procurando o corpo do marido até que no dia 6 de agosto de 1985 interrompeu suas andanças. Morreu de enfizema pulmonar, a mesma doença que no passado matou os dois irmãos pequenos e o pai Sebastião. Nos braços de Lúcia e do genro Diniz, Dilma dormiu e nunca mais acordou. Vive na eternidade sonhando seus sonhos de amor com Mário Alves.

Apesar da tristeza do final dessa história, a luta de Dilma e Mário não foi em vão. Os Alves são avós dos meninos Leonardo e Alexandre, hoje com 17 e 15 anos de idade respectivamente. São filhos de Lúcia e de Diniz Pereira Caldas. Casados desde 1974, eles vivem com os dois rapazes num apartamento modesto em Niterói. A vida também anda difícil para o casal. Em 1994, Diniz enfartou e ainda por cima ficou desempregado como tantos outros brasileiros. Mas a família vai à luta. Leonardo, o neto mais velho de Mário, tem o físico de monge e a rebeldia do avô: foi um das caras pintadas que tomaram as ruas do Brasil em 1993, durante a campanha pelo impeachement de Fernando Collor da Presidência da República.

"Aos que virão depois de nós"

Os herdeiros da determinação de Mário Alves continuam buscando os restos mortais do jornalista. Em dezembro de 1987, o Tribunal Federal de Recursos confirmou a sentença da juíza Tânia Heine e responsabilizou a União pelo assassinato de Mário Alves nas dependências do DOI-CODI, no quartel da rua Barão de Mesquita. Mas não foi um carimbo final no seu dossiê. Em setembro de 1995, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso enviou e aprovou no Congresso Nacional um projeto que reconhece a morte de 136 presos políticos desaparecidos durante o governo militar e estabelece uma indenização para os familiares. Mário Alves está na lista. Mas o governo não esclarece as circunstâncias das mortes, não diz nada sobre onde estão os restos mortais desses brasileiros e deixou de fora do projeto os nomes de outras 217 pessoas reconhecidamente assassinadas nos tempos da ditadura.

Mário Alves não carece do projeto. No seu caso a União já foi condenada. O então presidente Fernando Henrique Cardoso bem que poderia ter voltado a sonhar como nos tempos de juventude e, num lampejo de estadista, ter enfrentado os aliados do PFL que representaram o braço civil dos militares durante os 20 anos de ditadura e ter ordenado aos comandantes da Forças Armadas que abrissem definitivamente os arquivos secretos dos DOI-CODIS, obrigando os torturadores da época a dizerem o que fizeram com o corpo de Mário Alves e de todos os outros prisioneiros políticos que desapareceram assassinados.

Mas FHC não fez nada disso. E o atual presidente da República, o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva, também decepcionou ao povo brasileiro e manteve a mesma política do governo FHC, incluindo as alianças com partidos de extrema direita, a exemplo do PP, de Paulo Maluf, vinculado no passado com a ditadura. Por isso, até hoje, os arquivos do CENIMAR, CIEX E CISA continuam secretos e com a concordância do governo Lula.

Mas nós insistimos em não esquecer as atrocidades que aconteceram nas masmorras da brutalidade, exigimos esclarecimento completo sobre o assassinato de Mário Alves e de todos outros presos políticos mortos nos cárceres da ditadura, e repetimos o que escreveu Pablo Neruda no seu poema "Os inimigos":

> Por esses mortos, os nossos mortos, peço castigo. Para os que salpicaram a pátria de sangue, peço castigo. Para o verdugo que ordenou esta morte, peço castigo. Para o traidor que ascendeu sobre o crime, peço castigo. Para o que deu a ordem de agonia, peço castigo. Para os que defenderam este crime, peço castigo. Não quero que me dêem a mão empapada de nosso sangue, peço castigo. Não vos quero como embaixadores, tampouco em casa tranqüilos. Quero ver-vos aqui julgados nesta praça, neste lugar. Quero castigo!

Quando tudo isso finalmente acontecer, aí então essa história estará concluída, poderemos finalmente enterrar os mortos até hoje sem sepultura. E homenagear Mário Alves, guerreiro maior dos anos de combate. Nesse instante ouviremos emocionados os sinos da catedral em "Reqüiem", a missa para os mortos, derradeira e inacabada composição de Wolgang Amadeus Mozart e nos lembraremos da história contada em versos por outro guerreiro de outro tempo:

"Cheguei às cidades num período de desordens, quando aqui a fome reinava. Vim para o meio do povo quando imperava a revolta, e cresci com ela. Assim passou-se o tempo que me foi concedido nesta Terra (...) Mas vós, que renascereis do dilúvio no qual nós nos afogamos, pensai também, quando falardes de nossa fraqueza, na sombria época de que haveis escapado. Nós caminhamos, mudando de país mais do que de sapatos, através da luta de classes, confundidos, quando havia apenas injustiça e não protesto. E ainda assim sabemos: o ódio, mesmo contra a degradação, contorce as feições. A ira, mesmo contra a injustiça, torna a voz áspera. Ah, nós que queríamos preparar o chão da amizade, não pudemos, nós mesmos, ser amigos. Mas, vós quando tudo estiver tão perfeito que o homem ajude o homem, lembrai-vos de tudo isto, quando pensardes em nós" (Bertold Brecht, "Aos que virão depois de nós").

---

* **OTTO FILGUEIRAS** é jornalista e está preparando um livro sobre a organização de esquerda Ação Popular.